

João Delgado (AM Braga), Isabel Faria (AF Pena – Lisboa), António Grosso (AM Oeiras), João Pascoal (Lisboa), Daniel Arruda (Seixal), Cristina Portella (AF S. João de Deus – Lisboa), Hélder Agapito (AM Benavente), Norberto Vidinhas (AF Reboleira – Amadora), Nuno Santos (AF Prazeres – Lisboa), José Franco (AF Alto do Pina – Lisboa)

### COMBATER AS POLÍTICAS DO GOVERNO E DA DIREITA, TAMBÉM NAS AUTARQUIAS

#### Ideias para debate nas Jornadas Autárquicas do Bloco de Esquerda

Embora não estando ainda definido o quadro legislativo em que se disputarão as eleições autárquicas de 2009, parece claro que PS e PSD chegarão a acordo, para o que eufemisticamente designam por “facilitar a formação de maiorias”, mais não pretendendo, de facto, do que distorcer a vontade expressa dos eleitores.

Assim, é possível que os executivos municipais passem a ser constituídos apenas por vereadores do partido maioritário ou escolhidos de entre os membros da Assembleia Municipal. De qualquer modo, tudo indica que o actual formato de eleição proporcional de vereadores tem os dias contados. Independentemente destas alterações, importa que no Bloco de Esquerda discutamos questões de princípio, relativas à participação em executivos municipais e de freguesia, até porque a elaboração de listas e programas deverá ter início no próximo ano e é necessário clarificar posições, para que não existam dúvidas e seja estabelecida uma política nacional.

É nesse sentido que apresentamos às Jornadas Autárquicas alguns pontos para reflexão.

#### 1 – Uma política com princípios inegociáveis

Os resultados eleitorais de 2005 e o crescimento eleitoral do Bloco não indicam a probabilidade de disputa de maiorias isoladamente, com a excepção de Salvaterra de Magos, cujas particularidades bem conhecemos. Não obstante, na nossa opinião não devemos estar numa posição expectante e na defensiva, aguardando que outros definam as suas orientações para depois manifestarmos o nosso acordo ou desacordo. O BE tem já um património adquirido, não só de denúncia mas também de proposta de alterações políticas de fundo no poder local, defendendo a transparência e participação dos cidadãos na definição de políticas de desenvolvimento sustentável, em prol da qualidade de vida das populações, particularmente dos mais desfavorecidos e vulneráveis. Para concretizar essas ideias defendemos que, sempre que tal seja considerado desejável e possível pelas organizações locais, o Bloco deve propor e estar aberto a convergências políticas para a formação de maiorias de esquerda, pré ou pós-eleitorais, de acordo com princípios inegociáveis, que exemplificamos



sem carácter exaustivo e complementáveis a nível local:

I – Oposição às políticas neo-liberais e capitalistas que têm vindo a ser aplicadas pelos sucessivos governos, e actualmente executadas pelo governo PS/Sócrates.

I – Gestão transparente e participada, designadamente com implementação do Orçamento Participativo.

III – Gestão municipal pública, recusando o artifício das empresas municipais, as parcerias público-privadas e a privatização parcial ou total de empresas municipalizadas.

IV – Desenvolvimento sustentável do território, rejeitando compromissos com o sector da construção civil e os grandes interesses predadores do espaço e do domínio público.

V – Defesa dos direitos dos trabalhadores municipais, contra a precarização e os despedimentos.

VI – Políticas sociais inclusivas, contrárias ao dominante assistencialismo, no caminho da emancipação das camadas marginalizadas da vida colectiva e pelo direito de todos os cidadãos a patamares aceitáveis de qualidade de vida, na habitação, no ensino, nos transportes, no direito à fruição cultural e ao lazer.

VII – Definição de uma política ambiental autárquica exemplar, não apenas para racionalizar muitos custos supérfluos, mas, necessariamente, como contributo para uma consciencialização ambiental generalizada.

## 2 – Convergências políticas para gerir as autarquias

A nossa defesa de convergências políticas nega, em absoluto, a dissolução do Bloco ou de activistas do Bloco em listas de outros partidos ou coligações, bem como a pretensão oportunista de simples soma aritmética de votos.

Assim, admitimos duas formulações distintas:

I – Formalização de coligações do BE com outros partidos de esquerda, sempre abertas a cidadãos e movimentos sociais.

II – Constituição de candidaturas cidadãs (termo preferível a “independentes”) que assumam no plano local designações e programas próprios, em que se integrem os activistas do Bloco. Estas convergências não serão nunca uma determinação a aplicar ao todo nacional a partir das direcções centrais, porque a leitura que fazemos do quadro político-partidário não suscita essa possibilidade.

Mas falemos então da realidade.

I – Os acordos com a direita, política e social, estão fora de causa, mesmo que em determinados

locais as gestões municipais ou de freguesia apareçam com uma capa de seriedade e competência. A esquerda anti-capitalista tem que ser coerente com os seus objectivos estratégicos a todos os níveis da acção política, sendo a luta contra a hegemonia do pensamento conservador e capitalista indissociável da denúncia dos mecanismos de reprodução da ideologia dominante.

II – O PS é hoje, na sua política nacional, um partido promotor de medidas que vão além do que a própria direita ensaiou quando no poder. As autarquias socialistas estão, em larga medida, concordantes com estas políticas promovendo, nomeadamente, a privatização da gestão local. Não antevemos que em algum concelho o PS local se proponha divergir politicamente da sua direcção, e por isso consideramos que as coligações ou convergências pós-eleitorais com o PS devem ser, em princípio e por princípio, excluídas a nível municipal. Será admissível a participação de eleitos do Bloco em executivos de freguesia, desde que sejam salvaguardadas a aplicação dos nossos programas locais e a efectiva liberdade de voto. Mas esta participação possível em executivos de freguesia não deve ocorrer em municípios em que a gestão da autarquia não dê garantias de transparência na gestão, ou onde o nível freguesia possa enfraquecer a política do BE ao nível municipal.

III – O PCP e a CDU têm hoje, em grande parte das autarquias em que detêm o poder executivo, políticas que não se enquadram nos pontos apresentados no nosso ponto 1), optando, ainda, nos casos em que necessitam de fazer coligações, por as fazer com a direita mais reaccionária. Estas políticas merecem a nossa crítica frontal e, nesse caso, devem ser aplicados os mesmos princípios de recusa de convergências aritméticas. Nos municípios e freguesias em que se considere possível a constituição de coligações, assentes nos princípios já referidos, nomeadamente na nossa total indisponibilidade para coligações ou acordos pré ou pós-eleitorais com partidos de direita, o Bloco deve assumir essa proposta política sem sectarismos, com a garantia de que não há a dissolução do nosso partido ou programa, mas sim a formação de uma frente eleitoral ampla, aberta à cidadania, com objectivos ganhadores, em nome de políticas de esquerda e não apenas da participação no poder.

### 3 – A hipótese da contaminação

Defende-se no Bloco, compreensivelmente, que a realização no mesmo ano de eleições europeias, legislativas e autárquicas impede à partida a formação de quaisquer coligações pré-eleitorais, sob pena de esses acordos enfraquecerem a nossa posição nos restantes actos eleitorais.

Quanto a esta preocupação, somos de opinião que o raciocínio está correcto, se aplicado ao PS, porque o PS está neste Governo, mas carece de fundamento relativamente ao PCP/CDU. O Bloco tem uma identidade própria e os nossos objectivos táticos e estratégicos não se confundem com os do PCP. Pretender que os cidadãos não saberiam distinguir algumas situações de convergência a nível local



# JORNADAS AUTÁRQUICAS'07



## COMBATER AS POLÍTICAS DO GOVERNO

das divergências que existem no que concerne à luta anti- capitalista, à prática sócio-política e às designações do socialismo, seria considerar que o povo de esquerda vive na pré-história da política. Seria, ademais, conceder à direita e ao “centrão” o privilégio único de poderem juntar forças para aplicar as suas políticas dominantes, enquanto que para os combater continuaria a prevalecer o sectarismo e a total impossibilidade de encontrar pontos de sustentação para tornar um outro mundo possível, começando pelo nível local.

As propostas que apresentamos não são de forma alguma provocações lançadas à esquerda, como pretensa afirmação do Bloco enquanto “campeão da unidade”. São antes reflexões que, assumimos, poderão não conduzir a qualquer efectivação no imediato, por razões que nos são estranhas, mas demonstram uma determinação de transformar a realidade e sair da proclamação vã da vontade de construir maiorias, sem olhar o país e a política de frente.

23 de Novembro de 2007